

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

BRUNA DE OLIVEIRA GOMES

**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER DO CAMPO NO ASSENTAMENTO RIO
ROBERTO: HISTÓRIA DE VIDA E ACESSO À ESCOLA**

FLORIANÓPOLIS

2023

BRUNA DE OLIVEIRA GOMES

**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER DO CAMPO NO ASSENTAMENTO RIO
ROBERTO: HISTÓRIA DE VIDA E ACESSO À ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de licenciada em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza e Matemática.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª. Carolina Orquiza Cherfem

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Gomes , Bruna de Oliveira A participação da mulher do campo no Assentamento Rio Roberto: História de vida e acesso à escola. / Bruna de Oliveira Gomes ; orientadora, Carolina Orquiza Chermem , 2023. 42 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, , Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. . 2. A importância da mulher no campo.. I. Chermem , Carolina Orquiza . II. Universidade Federal de Santa Catarina. . III. Título.

BRUNA DE OLIVEIRA GOMES

**A PARTICIPAÇÃO DA MULHER DO CAMPO NO ASSENTAMENTO RIO
ROBERTO: HISTÓRIA DE VIDA E ACESSO À ESCOLA**

Banca Examinadora:

Prof.^a Carolina Orquiza Cherfem, Dra.

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Kátilla Thaianá Stefanés

Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Graziela Del Monaco

Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

Um dos maiores motivos de poder estar hoje vivenciando este sonho de uma graduação é o grande apoio que tive da minha família, principalmente minha mãe, que um dia me falou: “viva este sonho minha filha, seja quem você desejar ser, o mundo está à sua espera, sinto orgulho da filha que você é”. Mostrar a luta e a realidade de nós mulheres camponesas se tornou meu objetivo, evidenciar essa força, coragem de mulheres tão guerreiras, por isso meu primeiro agradecimento vai para a minha mãe Mariluci de Oliveira, agricultora e mulher do campo.

Agradeço também o apoio de meu pai, irmãos, que nos momentos de exaustão e vontade de desistir seguraram minhas mãos mais forte do que nunca. Agradeço a Deus por ter sempre cuidado de mim, me protegido nestes quase cinco anos de estudos e dedicação, me fortalecido espiritualmente. E em especial agradeço ao meu esposo Kevelen Alencar Raimundo por todo apoio e incentivo, por acreditar em mim e me motivar a sempre crescer e ir em busca de meus sonhos.

A Universidade por nos proporcionar diferentes vivências em diferentes espaços ao longo dos anos, algumas boas, algumas tristes e dolorosas, mas todas me permitiram crescer e evoluir como pessoa. Ao longo dos anos fiz muitas amizades, umas passageiras e outras que levarei para a vida toda. Alguns me apoiaram estes anos e foram fundamentais para o suporte que eu precisei em muitos momentos de tristeza e desânimo. Para além da Universidade agradeço a todos e todas que passaram pela minha vida nestes anos, em especial as amigas que me acolheram e juntas estivemos nesta trajetória, mais que amigas irmãs de coração, Daiane e Luana, que estiveram comigo colecionando momentos incríveis.

Agradeço a todos os professores e professoras que nos transmitiram seus conhecimentos ao longo do curso, cada um tem um lugar em minhas memórias, espero um dia ser assim como vocês, com todo esse leque de conhecimentos e lutando pela oportunidade de levar uma educação de qualidade para o campo.

E em especial a minha tia Elizete que agora é uma estrelinha, minha segunda mãe, que sempre me apoiou e vibrava em ter uma professora na família. Obrigada tia, por todas as ligações em minhas idas para Florianópolis, todos os puxões de orelha quando eu falava que queria desistir, e por me amar incondicionalmente, se estou hoje realizando este sonho é por que pessoas como você sempre acreditaram em minha vontade de ajudar a escola da nossa comunidade.

Resumo

Este trabalho tem por objetivo investigar como se dá a participação das mulheres no Assentamento Rio Roberto, com destaque para sua trajetória de vida escolar e participação nos espaços públicos, por meio da história de vida de uma professora aposentada e liderança no Assentamento Rio Roberto, a fim de compreender quais foram as maiores dificuldades enfrentadas ao longo de sua vida. Pretende-se, portanto, resgatar a história de vida de uma professora aposentada e liderança educativa do Assentamento Rio Roberto, em Lebon Régis – SC, compreendendo que esta mulher, neste trabalho, estará representando as mulheres do campo. Em outras palavras, a singularidade da trajetória de uma professora referência no Assentamento poderá nos ajudar a compreender a totalidade das vivências das mulheres de modo geral no território pesquisado. Cabe salientar que a vontade de tratar deste tema faz parte de minha vida, como autora deste trabalho, desde o Ensino Médio, na medida em que compreender a história das mulheres e apoiá-las no âmbito educativo é uma realidade em que eu me encontro e uma luta onde eu me insiro. A função acadêmica e social deste trabalho encontra-se tanto no registro de uma história como de exemplo para a resistência das mulheres num Assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Palavras chave: Educação do Campo; Mulher Camponesa, MST, Professora.

Abstract

This work aims to investigate how women participate in the Rio Roberto Settlement, with emphasis on their school life trajectory and participation in public spaces, through the life story of a retired teacher and leader in the Rio Roberto Settlement, in order to understand what were the biggest difficulties faced throughout his life. The aim, therefore, is to rescue the life story of a retired teacher and educational leader of the Rio Roberto Settlement, in Lebon Regis – SC, understanding that this woman, in this work, will be representing rural women. In other words, the uniqueness of the trajectory of a reference teacher in the Settlement can help us understand the totality of women's experiences in general in the researched territory. It is worth noting that the desire to address this topic has been part of my life, as the author of this work, since high school, as understanding the history of women and supporting them in the educational context is a reality in which I find myself and a fight where I insert myself. The academic and social function of this work lies both in recording a history and as an example for women's resistance in a Landless Workers Movement (MST) Settlement.

Sumário

Resumo	6
1.Introdução	9
1.1 Minha história	11
1.2. A Educação do Campo	12
1.3 Objetivos e Metodologia	16
2. Referencial Teórico	18
3. Análise dos Dados: a vida no Assentamento	22
3.1. Mulher e o acesso à educação	25
3.2. Educação, acesso e permanência	31
3.3. Resistência e organização de mulheres	34
4. Considerações finais	36

1.Introdução

Este trabalho tem como tema a participação da mulher do campo na sociedade, a partir da história de vida de uma professora aposentada e liderança na área da educação do Assentamento Rio Roberto, localizado no município de Lebon Régis, em Santa Catarina. Buscaremos identificar como a participante da pesquisa teve acesso à escola desde sua infância até a vida adulta, analisando ainda o modo como participou da escola e o modo como atuou nos espaços políticos do Assentamento em sua trajetória de vida. Cabe destacar que o campo de estudo é o Assentamento em que a pesquisadora deste trabalho é moradora.

Desta forma, o presente trabalho trará como problema de pesquisa a participação da mulher do campo na educação e na sociedade de modo geral, e em especial, no Assentamento Rio Roberto, abordando as principais dificuldades que a participante da pesquisa enfrentou e ainda enfrenta dentro do Assentamento e também as estratégias usadas para ultrapassar estes obstáculos.

O tema do trabalho da mulher e seu papel no campo busca em seu princípio resgatar a importância do seu trabalho, sua valorização, refletindo sobre a igualdade de gênero¹ no campo. Abordando esta temática pretende-se despertar uma visão crítica e politizada sobre o trabalho da mulher no campo e a igualdade de gênero neste espaço, de modo a desconstruir a ideia que reforça a divisão sexual do trabalho, que define papéis distintos para homens e mulheres no mundo do trabalho e na esfera reprodutiva da vida (KERGOAT, 2012). O trabalho feminino é raramente visto como trabalho e é comum ser reconhecido como "ajuda", a desigualdade de trabalho acontece a partir do momento em que se questiona a qualidade, o desempenho e a aptidão da mulher no ramo realizado. No campo esta realidade se acentua e ainda se faz bastante presente.

As narrativas dos problemas locais ao longo de sua trajetória de vida onde os moradores de assentamento se veem implicados, e que trazem consequências imprescindíveis para suas vidas, é o que mais me motiva para esta pesquisa. A ideia desta pesquisa surgiu no começo deste curso, a partir da obtenção de conhecimentos relacionados ao campo e também às mulheres. Nesse contexto, considero extremamente necessário evidenciar a força dessas "heroínas" camponesas que lutam por igualdade de gênero, uma melhor qualidade de trabalho e escolaridade, direito de ter sua própria renda etc.

Uma força que muitas vezes passa despercebida na hierarquia atual; observamos o quanto a mulher do campo perde visibilidade e evidenciar isso é cada vez mais necessário. Este trabalho foi realizado, assim como já citei acima, com uma moradora do assentamento Rio Roberto, professora

¹ Entende-se por relações de gênero as relações sociais de construção de papéis de homens e mulheres na sociedade, as quais se dão de modo desigual pautadas no patriarcado e na valorização desigual dos papéis de cada um dos sexos. O trabalho produtivo, realizado por homens e valorizado econômica e socialmente, e o trabalho reprodutivo, realizado pelas mulheres e que representa os trabalhos de reprodução da vida e de cuidados, são a principal chave para compreensão dessas desigualdades (CHERFEM, 2019).

aposentada e que tem uma grande bagagem em sua trajetória e história de vida que irá contribuir muito para este trabalho.

Cabe destacar que a escolha da pesquisa em muito se relaciona com a minha história de vida, o que também justifica a temática deste trabalho, dada a minha preocupação em contribuir com a história das mulheres e com o Assentamento onde vivo, por meio do meu compromisso como educadora do campo.

1.1 Minha história

Meu nome é Bruna de Oliveira Gomes, sou natural do interior de Lebon Régis SC, Assentamento Rio Roberto. Sou filha e neta de trabalhadores rurais e sinto muito orgulho em exaltar essa profissão tão linda e nobre de um povo lutador. Sempre estudei em escola pública localizada no interior de Lebon Régis, Assentamento Rio dos Patos, uma escola aberta a partir de muita luta pelo povo do assentamento e também pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

Conheci o Curso de Licenciatura em Educação do Campo através de um professor que esteve em minha escola divulgando, na época estava terminando meu Ensino Médio e já estava de olho em um curso superior, então resolvi pesquisar mais sobre a Licenciatura em Educação do Campo e foi aí que logo me encontrei, afluente em mim a vontade de buscar melhorias para as escolas do campo, poder me especializar em ensinar de acordo com a realidade do povo do campo trabalhar com conceitos e conteúdos que valorizem conhecimentos locais.

Ingressei na faculdade em 2019, no começo confesso que me senti um pouco deslocada, pois tinha acabado de terminar o ensino médio e tinha muitas incertezas dentro de mim. Com o passar dos anos e das disciplinas nasceu o amor pela educação, um amor que só aumenta a vontade de melhorar o ensino, lutar por uma educação de qualidade e a valorização dos conhecimentos populares que os alunos, muitas vezes, trazem de suas casas para dentro de sala de aula, mas que nem sempre é compreendido. Com

nossa formação vamos poder trabalhar com mais maestria e dedicação para com os alunos vindos de assentamentos.

Paralelamente, ao longo de minha vida, a pauta das mulheres se fez presente quando comecei a perceber as injustiças sociais que vivenciamos e as dificuldades que temos para estudar. Deste modo, registrar a história de uma mulher referência no Assentamento passou a fazer parte de um desejo para contribuir com a luta das meninas e mulheres nesse espaço. Pretendo ser uma professora que apoia a causa das mulheres no Assentamento e vejo na educação uma grande possibilidade para isso.

1.2. A Educação do Campo

Conforme descreve Molina (2006), a Educação do Campo corresponde à luta dos sujeitos do campo em garantir sua reprodução social de trabalho na terra num contexto de extrema desigualdade e concentração fundiária, como é o caso do Brasil. Entende-se por sujeitos do campo os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros povos que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural BRASIL (2010). Em especial destaca-se a luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na constituição desta proposta educativa.

Ao mesmo tempo, a Educação do Campo refere-se à luta pelo direito social à escolarização dos povos do campo e aos conhecimentos científicos necessários para que sua existência social seja possível, contexto que justifica o surgimento das Licenciaturas em Educação do Campo como uma proposta de ação afirmativa dos sujeitos do campo nas Universidades Públicas.

Ao longo da história do Brasil muitos governos deixaram a educação do campo com uma grande invisibilidade onde se abriram muitas lacunas, como falta de professores para atuarem nessas escolas, falta de material básico para os alunos, condições precárias na estrutura destes espaços. A educação do campo foi ao longo do tempo negligenciada por estes governos, demonstrando um total descaso e inferioridade com a mesma.

As escolas do campo sempre tiveram um importante papel para as comunidades rurais, pois é através da sua construção e evolução educativa que as comunidades buscam uma maior integração social, cultural e também econômica, além de ser um grande dispersor de conhecimentos e saberes sociais.

A realidade da educação camponesa vem sendo ao longo dos tempos transformada, ainda que de forma um pouco lenta, usando práticas educativas diferenciadas para auxiliar melhor na construção dos conhecimentos trabalhados a partir da realidade dos alunos que estão inseridos nestes espaços. Desta forma busca-se uma educação usando os métodos mais práticos e utilitários trabalhando a realidade e as necessidades das escolas rurais. A educação do campo busca em sua essência promover uma aproximação entre a escola e a comunidade escolar, e conhecer suas esfericidades, fraquezas e limites, possibilidades e alternativas como uma unidade de ensino. Segundo Wizniewsky (2010):

O campo não é atraso, é história vivida. A escola do campo deve ser pensada para que seja viva, e interaja com o lugar e seus sujeitos. Para que a escola do campo seja viva, ela deve ser construída por sua comunidade, pensada para ajudar no processo de desenvolvimento social, para manter a cultura, a raiz e a história daquele lugar. Essa escola deve formar sujeitos participantes e capazes de construir seu próprio caminho, buscando seus direitos e lutando para serem cidadãos do campo. (WIZNIEWSKY, 2010, p. 33)

Desta forma pode-se entender que a educação do campo teve e tem muitas lacunas a serem preenchidas ainda, é uma das principais é a participação e o direito da mulher na educação que é o foco deste trabalho, onde será abordado a trajetória de vida de uma professora e moradora de comunidade que teve muitos embates ao longo de sua vida.

É momento de perguntar, passados dez anos deste 'batismo', que objeto de estudo, de práticas, de política é este que atende pelo nome de 'Educação do campo'? Tratamos de que realidade e em que contexto ou sobre 'que movimento e em que quadro'? Por que a Educação do campo já se configura como um fenômeno da realidade brasileira que exige tomada de posição, prática e teórica? Por que tem causado desconforto em segmentos politicamente diferentes ou mesmo contrapostos? Qual o movimento do real provocado ou expresso pela Educação do campo que incomoda e já instiga debates sobre sua significação: que tipo de práticas e de políticas podem mesmo ser designadas como tal? Por que Educação do campo e não

Educação rural? E, afinal, qual o balanço deste movimento da realidade? E qual o significado histórico que já é possível apreender da emergência da Educação do campo no contexto da educação brasileira contemporânea e das lutas dos trabalhadores, do campo e da cidade, por uma educação emancipatória e, mais amplamente, pela superação das relações sociais capitalistas? (CALDART, 2009, p.36).

Ao longo de toda a trajetória de pesquisas sobre o tema “Educação do Campo” tem alguns autores em que me inspirei para esta pesquisa e uma delas é a autora, e grande mulher de luta Roseli Salette Caldart. A obra desta intelectual do MST nos ensina a educação do campo busca contribuir na construção de uma chave metodologia para o avanço da educação em escolas do e no campo, Caldart nos traz várias problematizações e questionamentos sobre a realidade que envolve o tema educação do campo CALDART (2009).

Nos últimos anos a educação e escola do campo, assumem um importante papel para o avanço e desenvolvimento de comunidades rurais, pois é através de sua ação e construção educacional que as comunidades escolares buscam uma maior integração social, cultural e econômica além de um vínculo difusor de conhecimento. A educação do campo tem sido historicamente marginalizada na construção de políticas públicas. Inúmeras vezes tratada como política compensatória. Suas demandas e especificidades raramente têm sido objeto de pesquisa no espaço acadêmico ou na formulação de currículos em diferentes níveis e modalidades de ensino. Neste cenário de exclusão, a educação para os povos do campo é trabalhada a partir de discursos, identidades, perfis e currículos, marcados essencialmente, por conotações urbanas. Currículos geralmente deslocados das necessidades locais e regionais. SOUZA (2009).

Nota-se que a educação do campo é resultado da luta dos trabalhadores do campo juntamente com suas comunidades organizados em movimentos sociais, trazendo problematizações sobre uma educação de qualidade para as pessoas que estão inseridas nos territórios de luta pelo direito à terra, buscando uma educação voltada aos interesses dos povos do campo. Os movimentos sociais como o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e MST vêm se consolidando ao longo da história brasileira como um espaço de compreensão e luta da realidade camponesa de conhecimentos e

reconhecimentos dos saberes locais e culturais dos assentamentos e dos povos que ali são pertencentes. SILVA (2012).

Esses movimentos, por sua vez, são de grande importância para a educação do e no campo, uma vez que suas lutas estão diretamente relacionadas à importância da escola como direito dos povos diretamente prejudicados pela luta de classes no campo brasileiro, representada hoje na disputa do agronegócio e da agroecologia. Entender a principal diferença entre essas duas vertentes no contexto da luta de classes no capitalismo é muito simples: uma é em prol da vida e sustentabilidade (agroecologia) e a outra em prol de lucros para as grandes corporações (agronegócio) CALDART (2009).

O agronegócio tem em seu modelo de produção industrial pautado em monoculturas de commodities baseado na revolução verde, imposta inicialmente pelo governo dos Estados Unidos na década de 60. As empresas que aderem a esta forma de cultivo impõem intervenções agressivas a todo ecossistema, e tudo isso pode-se observar em escala global quando notamos nos últimos anos o grande aumento no uso dos agrotóxicos e esvaziamento do campo. Para os pequenos agricultores que ainda utilizam estes agrotóxicos em seus cultivos também acarretam muitos problemas de saúde. A monocultura causa danos ao nosso meio ambiente, aos agricultores e todo restante da população, colocando a saúde de quem produz e quem consome em risco CALAÇA (2018).

Já a agroecologia, refere-se à aplicação da agricultura através de uma perspectiva ecológica que é a forma de cultivo milenar que ainda é utilizado pelos povos de assentamento, por exemplo, trabalhar com sementes crioulas, trabalhar em coletividade, tanto de plantio de várias espécies no mesmo espaço, quanto a coletividade de famílias. A agroecologia tem como abordagem a utilização de todos os componentes existentes em um agroecossistema. A agroecologia é baseada na produção de sistemas biodiversos e manejo sustentável do solo. Por ter sua base numa produção diversificada, se mostra como a única solução para obtermos soberania alimentar. A ciência da agroecologia vai muito além da agricultura. É um movimento holístico de valorização de todos os seres vivos CALAÇA (2018).

Educação de qualidade, alimentos de qualidade, são lutas que atingem diretamente as mulheres, por que sem as condições de acesso à educação, acesso à terra as mulheres não conseguem permanecer no campo, por isso o trabalho trata da grande valorização das mulheres camponesas que buscam por direitos e igualdade.

1.3 Objetivos e Metodologia

Após explicitar a problemática desta pesquisa, no contexto do Assentamento Rio Roberto e da Educação do Campo, abaixo descrevo os objetivos gerais, específicos e a metodologia da pesquisa:

Objetivo Geral:

Investigar como se dá a participação das mulheres no Assentamento Rio Roberto, com destaque para sua trajetória de vida escolar e participação nos espaços públicos, por meio da história de vida de uma professora aposentada e liderança no Assentamento, a fim de compreender quais foram as maiores dificuldades enfrentadas ao longo de sua vida.

Objetivos específicos:

- Resgatar a história de vida de uma professora aposentada e liderança educativa do Assentamento Rio Roberto, compreendendo que esta mulher, neste trabalho representa as mulheres do campo;
- Compreender como se deu sua trajetória de vida escolar e o acesso que teve a escola;
- Identificar as dificuldades enfrentadas e as formas de superação encontradas pela participante da pesquisa ao longo de sua vida;
- Evidenciar a importância da participação da mulher no campo, e em específico, dentro do Assentamento pesquisado;

- Conhecer e compreender a evolução desta mulher dentro do assentamento, como trabalho, escolaridade, valorização e igualdade de gênero.

Metodologia:

Para o desenvolvimento deste TCC foi realizada entrevista como um instrumento para obter mais informações para agregar na pesquisa, por meio da metodologia da história de vida, com uma professora aposentada e liderança no Assentamento Rio Roberto. Conforme descreve *Nogueira (2017)*, p. 2:

A pesquisa com histórias de vida é, assim, um processo de construção de conhecimento a partir da relação específica entre dois atores: pesquisador e sujeito pesquisador - pelo pesquisador, como método que pressupõe a existência de vínculo; pelo sujeito, participante da pesquisa que narra sua história, num dado momento de sua vida. André Lévy (2001) é exato na sua descrição do método: "[...] um encontro único entre um pesquisador e uma pessoa que aceita confiar a ele - encontro que, também ele, tem sua história própria" (Lévy, 2001, p. 93) [...] Em termos gerais, o método de história de vida participa da metodologia qualitativa biográfica na qual o pesquisador escuta, por meio de várias entrevistas não diretivas, gravadas ou não, o relato da história de vida de alguém que a ele se conta. Nesse processo, a relação entre pesquisador e aquele que narra sua história é um ponto essencial e só acontece na presença de um vínculo de confiança mútua que é construído ao longo de um processo.

Deste modo, a história de vida depende da relação de confiança entre sujeito pesquisado e pesquisador na medida em que, ao narrar os fatos, o sujeito entrevistado acaba também revivendo os fatos podendo revisitar o que aconteceu. No caso da pesquisa em questão, foi também uma forma de registrar a trajetória de uma mulher que nunca foi escrita, podendo, a partir de uma história específica, compreender a história de muitas outras mulheres do Assentamento pesquisado.

Usando a abordagem qualitativa, na pesquisa dos dados necessários para coletar e interpretar as informações, usando como base, entrevistas, observação, história de vida, diário de campo, fotos e vídeos para obter o melhor resultado possível de compreensão da realidade dessa mulher, todos

estes métodos de pesquisa citados acima foram usados para realizar coletas de dados para agregar no trabalho.

A metodologia de história de vida que foi usada neste trabalho fornecerá ao pesquisador e também aos leitores dados que podem evidenciar como, ao longo do tempo, se constituiu a personalidade da entrevistada e com base nisso podemos entender melhor suas lutas em torno da educação.

Cabe ressaltar que tive algumas dificuldades metodológicas para a realização do trabalho e para conseguir obter a entrevista. Atualmente moro numa cidade distinta da entrevistada, o que dificultou o nosso encontro. Além disso, recentemente a entrevistada perdeu seu esposo e cuida de seu pai que está muito debilitado devido a problemas de saúde.

Algo que também me limitou muito em minha pesquisa e senti que me prejudicou, foi a questão dos estágios nos anos finais ser junto com o TCC, fiquei acarretada de trabalho onde pode ser que tenha faltado muitas informações para agregar ao trabalho ao TCC.

Deste modo, no início do trabalho as entrevistas seriam realizadas pessoalmente, mas devido aos problemas e motivos acima descritos decidimos que seria melhor fazer a coleta de dados via WhatsApp e por meio de áudios.

2. Referencial Teórico

A mulher camponesa ao longo de muitas décadas teve seu trabalho tachado somente como uma “ajuda” diante da sociedade patriarcal², sempre foi desvalorizada, mesmo sua invisibilidade ainda tão presente, não podemos negar que elas estão ocupando terras, plantando e colhendo seus cultivares, e cultivando o desejo e a força de ter uma terra livre e poder usufruir de seu esforço, e essas lutas estão cada vez mais visíveis diante da sociedade.

² O patriarcado é um sistema social baseado em uma cultura, estruturas e relações que favorecem os homens, em especial o homem branco, cisgênero e heterossexual. Na sociedade patriarcal, prevalecem as relações de poder e domínio dos homens sobre as mulheres e todos os demais sujeitos que não se encaixam com o padrão considerado normativo de raça, gênero e orientação sexual (AGRIAR, 2000).

É certo que estas lutas de enfrentamento e de resistência que se podem encontrar nos diferentes momentos da história, nem sempre, são marcadas por reivindicações específicas a vida das mulheres, mas principalmente a processos coletivos, comunitários, de determinadas populações e classes sociais populares das quais estas mulheres fazem parte, nestes processos de enfrentamento e resistência o que está em jogo é sua condição enquanto mulheres pertencentes a estas classes e povos (SEIBERT, 2019, pag. 14).

As mulheres do campo lutam e resistem contra esses percursos, o maior reflexo disso é o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), no qual é muito importante trazer exemplos e falas de mulheres camponesas que passaram pelo processo de acesso ao ensino, tanto dos anos iniciais, finais e superiores. Toda esta bagagem trazida pelos movimentos autônomos de mulheres que se associaram aos demais movimentos, reafirmou a luta das mulheres em dois eixos, Gênero e Classe. Somos mulheres que lutamos pela igualdade nas relações e pertencemos à classe das trabalhadoras e trabalhadores com os mesmos direitos (SEIBERT , 2019).

Aos poucos, os movimentos das mulheres foram se fortalecendo nos estados, avançando nas lutas, nas organizações, na formação de lideranças e na compreensão do momento histórico em que vivemos, neste sentido mulher camponesa é aquela que produz o alimento e garante a subsistência da família, é a pequena agricultora, e pescadora artesanal, as extrativistas, ribeirinhas, bóias-frias, diaristas, sem terras, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e unificação destas experiências confirma a força do Movimento das Mulheres Camponesas IRIDIANI (2019).

Pouco a pouco o feminismo vem ganhando espaço nos movimentos sociais do campo, sobretudo no MST e na Via Campesina, polemizando e trazendo reflexões para o conjunto dessas organizações. Um exemplo disso é a construção do setor de gênero no MST, nos anos 2000, reafirmando as contribuições que as mulheres, os negros e os sujeitos LGBTIA+ trouxeram para a luta de classes; além da construção de movimentos próprios de mulheres agricultoras como é o caso do MMC, bem como do fortalecimento do movimento quilombola e indígena que aos poucos vem se ampliando na relação com a educação do campo CHERFEM (2019).

Conforme salienta Paulilo, *apud* Cherfem (2019), a categoria classe social, mais especificamente o trabalho, sempre foi relevante para o movimento

feminista. Contudo, a inserção das mulheres no mercado de trabalho não garantiu sozinha as transformações almejadas por elas, o que as levaram a se organizar em movimentos próprios e específicos, e não apenas universais em nome da categoria classe social.

Os movimentos sociais das mulheres camponesas pautaram-se inicialmente na luta para que as esposas fossem consideradas produtoras rurais e não “do lar”. Ou seja, buscaram a valorização do trabalho da mulher que era invisibilizada no campo, não sendo consideradas como profissionais da agricultura. Nesse contexto, lutaram por pautas como direito à aposentadoria e salário e pelos mesmos direitos trabalhistas dos homens trabalhadores rurais. Com o passar do tempo, as mulheres tiveram que ampliar as suas reivindicações iniciais para o âmbito mais amplo da categoria de gênero, na medida em que, organizadas, elas observaram que a opressão que sofriam estava pautada em toda a base do patriarcado no campo. Elas não possuíam, por exemplo, o acesso à terra, conquistado ou pelo casamento, ou pela herança. No primeiro caso, elas eram invisibilizadas como agricultoras, sem ter autonomia nas terras do marido; no segundo caso, acabavam vendendo suas terras para os irmãos ou dividindo-as com os maridos, o que novamente as levavam para o primeiro caso. Deste modo, as mulheres camponesas passaram a questionar o próprio conceito de agricultura familiar: se a terra é da família trata-se de uma decisão a ser resolvida no âmbito privado da família; contudo, essa família é patriarcal, o que significa que é uma família que garante os direitos de dominação masculina. Logo, tratava-se de questões a serem resolvidas no amplo aspecto da estrutura social dominante masculina, questionada pelo conceito de gênero (CHERFEM, 2019, p.147).

Nota-se que sem a organização específica das mulheres em torno da categoria de gênero essa noção de família invisibiliza a mulher, mantendo o direito à terra somente para os homens. A partir do conceito de gênero elas entenderam que os problemas pessoais que enfrentavam eram na verdade sociais, e passaram a se organizar a partir desta mudança de perspectiva. Com o passar do tempo, as mulheres também passaram a ter outras reivindicações com base no gênero, tais como licença maternidade, creche no campo, direitos da mulher solteira no campo, dos sujeitos LGBTIA+, debate sobre a questão da violência doméstica no campo, entre outras. Contudo, a participação política das mulheres no campo ainda é um ponto a ser ampliado. Mota e Paula (2012, p. 75) revela que as mulheres estão, sobretudo, vinculadas aos debates de saúde e educação nos movimentos sociais, pois, o ato de cuidar de crianças e doentes é considerado, pela sociedade em geral, como trabalhos femininos. Porém, elas encontram dificuldades para participarem de outras pautas

essenciais, como organização da produção, análise de conjuntura social, espaços de decisões, etc.

Na busca de uma educação de qualidade para as mulheres camponesas, nossos olhos estão voltados para a história de vida e de luta dessas mulheres que estão inseridas no campo, e como foi conseguir ter o acesso ao ensino superior.

Podemos observar que ao longo da história, e em específico a que se diz respeito aos direitos das mulheres, nota-se que tem muito preconceito, por que na conjuntura da sociedade a mulher era somente a sombra de seu marido, ou seja não poderia ter os mesmos direitos que ele, não tinha direito há estudo, e nem tão pouco ter seu próprio dinheiro era totalmente dependente de seu companheiro.

Estas são algumas das leis que ajudaram muitas mulheres a conseguirem sua independência e sua liberdade, e tudo isso está interligado a história de mulheres camponesas que ainda buscam por estes direitos, que ainda estão vivendo realidades de extrema desigualdade, muitas vezes sendo analfabetas por não terem o acesso ao estudo.

E trazer relatos de mulheres que conseguiram ultrapassar todas essas dificuldades e adversidades da vida motiva outras mulheres que ainda buscam por seus direitos e oportunidades.

O trabalho da mulher no campo, envolvido em uma trama de relação, que o tornam preso às amarras às vezes invisíveis, apresenta -se como um objeto de estudo pouco explorado, nem por isso menos importante (FERRANTE, 1982, p. 97).

O objetivo deste trabalho é justamente evidenciar a importância da mulher para a comunidade, mostrando sua força tanto em seu trabalho como em sua vida cotidiana, desmistificando que o papel da mulher é somente os afazeres domésticos, ela também pode plantar pode colher e pode ter sua renda própria. A organização coletiva das mulheres contribui significativamente para os avanços conquistados individualmente. Também mostrar a evolução que a mulher do campo pode acompanhar em sua trajetória de vida, quanto aos seus direitos, como, estudo, renda própria, sua liberdade e seu desenvolvimento profissional.

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens [e as mulheres] se educam entre si, mediatizados [e mediatizadas] pelo mundo (FREIRE, 1975, p. 63)

Esta fala de Freire nos mostra exatamente que ninguém educa ninguém sozinho, precisamos de mais resiliência entre todos, uma evolução conjunta, entrando no contexto da mulher camponesa, tendo mais visibilidade mostrando as diferentes realidades vivenciadas por diferentes mulheres, este trabalho tem essa finalidade, mostrar a realidade vivenciada por uma mulher do campo, que teve oportunidade de estudar e de cursar um ensino superior.

Usando essas informações para encorajar outras mulheres e mostrar sua valorização, seu trabalho também é importante e também faz a diferença.

Assim, o empoderamento efetivo dessas mulheres não seria possível se não fosse a participação ativa das mesmas em movimentos e da criação da associação, bem como ainda das possibilidades que a Educação não-formal desempenha no rol das organizações coletivas, já que trata-se, num sentido mais amplo. (SANTOS, 2022, p.11)

Durante séculos, senão milênios, as mulheres camponesas permaneceram em grande invisibilidade, inclusive, não sendo consideradas sujeitos políticos. No Brasil, elas tornam-se evidentes basicamente após a década de 1970, e, isto se deu grandemente pela força organizativa dos Movimentos populares.

E as mudanças só foram possíveis com o empoderamento dessas mulheres, lutar pelos seus direitos e objetivos. Destaca-se como relevante os aprendizados que as mulheres militantes fazem cotidianamente, tanto nos embates no âmbito privado das relações, assim como, nas lutas massivas e publicadas em que forçam e forjam o novo ainda em construção.

Ao longo do referencial teórico busca se entender melhor quais foram as evoluções que as mulheres camponesas puderam conquistar ao longo da história, claramente há muito para se conquistar ainda, na continuidade do trabalho vamos destacar aspectos sobre a vida e o assentamento onde a entrevistada vive.

3. Análise dos Dados: a vida no Assentamento

Neste capítulo nos dedicaremos a analisar os dados da história de vida realizada com a nossa entrevistada, com ênfase em sua trajetória escolar e como professora da comunidade.

A professora aposentada Vera Lúcia mora atualmente no Assentamento Rio Roberto, tem 54 anos, nasceu no município de Mondaí/SC, é filha de agricultores de origem alemã e tem sete irmãos. Em 1980 juntamente com sua família ocuparam uma terra na cidade de Campo Erê, seus pais sempre com o objetivo de conquistar um pedaço de terra para poder plantar e sobreviver com seus filhos.

Quando morávamos em Mondaí meus pais trabalhavam de meeiro, arrendatário, por dia era assim que meu pai e minha mãe trabalhavam, e tendo a necessidade de ter um pedaço de terra também, meu pai e minha mãe resolveram ocupar junto de mais quatro famílias de Mondaí. Vieram ocupar uma fazenda. Na época chamavam de fazenda o latifúndio para ocupar a terra, isso foi em maio de 1980, foi uma ocupação histórica no estado que foi a primeira ocupação realizada em SC até na região sul do Brasil (Vera Lúcia, 2023).

Lutar por um pedaço de terra para morar é a realidade de muitas famílias, ao falar sobre a luta pela terra no Brasil, devemos lembrar quando houve as primeiras ocupações realizadas pelo MST em meados das décadas de 1970 e 1980. Os camponeses e as camponesas entendiam a terra como um bem da natureza, que precisava ser cuidada para o uso sem degradação e com conservação da produção de alimentos de qualidade para as famílias. Isto porque a “ terra é para quem nela trabalha” um dos gritos de ordem do MST em suas manifestações, a terra tinha e tem que estar a serviço de quem precisa dela.

Em Trinta de Outubro de 1987, mais de duas mil famílias de agricultores sem-terra decidiram ocupar uma área de terra em Campo Erê SC, todos tinham um sonho em comum: conquistar a sua terra e com ela conquistar a liberdade, livrar-se da opressão, da fome e da exclusão social. Em agosto de 1988 todos juntos de suas famílias foram rumo ao interior de Lebon Régis para conquistar a tão sonhada terra própria, e foi onde tiveram a oportunidade de poder ter seu próprio “pedacinho de chão”, com muita luta, chamado de Assentamento “Rio Roberto”. As famílias conquistaram, além do direito à terra, direito à alimentação de qualidade, moradia digna e saúde com perseverança e junto ao MST. Alguns anos depois conquistaram a escola de educação básica (E.E.B)

Trinta de Outubro, uma escola de ensino fundamental para alunos da comunidade.

A entrevistada mora no Assentamento Rio Roberto há 34 anos, um Assentamento ocupado com muita luta e resistência, Vera nos relatou que passaram por muitas dificuldades para poder abrir uma escola para as crianças, por muita desigualdade por serem famílias sem-terra, muitas pessoas os chamavam de “ladrões de terra”, que ainda nos dias atuais ouvimos muito esses tipos de comentários.

A entrevistada sempre teve sua vida bem ativa no assentamento Rio Roberto, pois sempre foi uma mulher de luta junto com os movimentos sociais. Sempre lutou pela oportunidade dos alunos que moram no assentamento em ter uma educação com mais qualidade e dignidade, chegando a fundar uma escola multisseriada no Assentamento, tal como descreveremos abaixo.

Vera sempre foi muito ativa dentro das lutas do Assentamento, na abertura e permanência de escolas, na união para direitos e igualdade, também em direito das mulheres na participação ativa dentro de espaços onde somente homens ocupavam. Como já vimos, ela mora no Assentamento há 34 anos, seus irmãos também residem em Lebon, sua mãe já é falecida e, recentemente, perdeu seu marido, mas ela nos deixa um ensinamento muito grande: a vontade de mudar seu lugar de pertencimento e lutar sempre.



(vera lúcia, 2023). Imagem retirada na propriedade da entrevistada onde mostra um pouco de sua realidade vivenciada.

3.1. Mulher e o acesso à educação

Ainda há muito a ser conquistado pelas mulheres a cada nova luta uma nova conquista em nossa sociedade. Apesar dos movimentos coletivos ganhando cada vez mais espaço, as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho seguem existindo. De modo geral, os dados indicam que no âmbito da educação, as mulheres vêm conquistando espaços significativos, chegando a ser maioria em muitas áreas. Contudo, o mesmo não se dá para o ensino universitário e ocupação nos espaços de trabalho e poder, bem como, os dados educacionais não revelam recortes do meio rural. Conforme aponta o IBGE (2019 sem página),

Se por um lado, em relação aos homens, as mulheres recebem menor remuneração e enfrentam maiores dificuldades no mercado de trabalho, por outro lado elas obtêm maior êxito quando o assunto é educação. Portanto, todas as adversidades encontradas por elas não podem ser atribuídas aos níveis de escolaridade ou de instrução. Ao contrário disso, os dados apontam que as mulheres brasileiras são

em média mais instruídas que os homens. A PNAD Contínua 2019 revelou que, entre a população com 25 anos ou mais de idade, 40,4% dos homens não tinham instrução ou possuíam apenas o ensino fundamental incompleto, proporção que era de 37,1% entre as mulheres. Já a proporção de pessoas com nível superior completo foi de 15,1% entre os homens e 19,4% entre as mulheres. Apesar do maior acesso ao ensino superior, as mulheres ainda são ligeiramente minoritárias entre os docentes desse nível de ensino. Em 2019, segundo o Censo da Educação Superior, as mulheres representavam 46,8% dos professores de instituições de ensino superior no Brasil. Essa proporção vem crescendo, ainda que lentamente, nas últimas duas décadas. Embora as mulheres sejam mais escolarizadas, elas são minoria no mercado de trabalho e na vida pública em geral. Assegurar às mulheres igualdade de oportunidades nos processos de tomada de decisão, ainda é uma meta a ser alcançada. (IBGE, 2019 sem página.)

No campo nota-se a mesma dificuldade. Não foi possível encontrar dados específicos sobre a situação educacional da mulher do campo. Porém, em nossa realidade observamos que muitas meninas jovens deixam de estudar no ensino médio por não terem acesso às escolas de ensino médio no campo. Muitas vezes a família não permite a continuidade dos estudos das meninas que precisam se deslocar para a cidade para estudar. Outras vezes, as jovens acabam saindo dos assentamentos e da vida no campo para estudar, e muitas acabam não voltando para o meio rural, revelando a complexidade desse tema para as mulheres rurais.

Para compreender melhor essa realidade, recorreremos ao caso de nossa entrevistada acerca da trajetória de uma mulher que vive do e no campo e como foi o avanço e dificuldades enfrentadas no âmbito da educação.

Depois disso eu voltei para casa com eles para morar com eles de volta. Então eu não fiz ensino médio na época porque era durante a noite e meu pai não permitiu que eu estudasse à noite, porque nessa época assim a gente menina-mulher saía era meio crítica a situação, era perigoso (Vera Lúcia, 2023).

Neste pequeno trecho da entrevista vemos algumas dificuldades que a entrevistada teve em sua trajetória de vida, que ainda se perpetua nos dias atuais, uma vez que a falta ou o fechamento das escolas no campo para atender alunos que ali estão inseridos ainda é uma realidade, sobretudo no Ensino Médio. Essa é a realidade do campo que os movimentos sociais tanto lutam para que tenha uma escola no campo, para que as pessoas possam ter acesso, e a situação das mulheres fica ainda mais difícil, por que muitas vezes

os pais não deixam suas filhas frequentarem a escola por ser na cidade, muito longe de suas casas. Com isso, muitas meninas jovens acabam desistindo de fazer o ensino médio.

Então, quando eu voltei para casa dos meus pais fui procurada para dar aula na comunidade do assentamento, naquela época chamada linha São Jorge. Então eu tinha 15 anos, não tinha ninguém assim, né com estudos, no acampamento só tinha eu com um pouco mais de estudos, que era até 8 série. Fui convidada a ser professora da comunidade em que eu morava porque na época não tinha uma preparação ou experiência, nem nada assim para sala de aula, nem tinha formação para isso e aceitei o desafio e trabalhei de 85 a 86 (Vera Lúcia, 2023).

Nota-se como é relevante este momento da vida da Vera, ela saiu para estudar, mas voltou para dar aula pelo seu compromisso junto da comunidade, neste momento ela retornou como professora. Puxando agora um gancho para a nossa área de formação de poder estar nestas escolas do e no campo para poder trabalhar com a realidade destes alunos, é um direito conquistado recentemente. Naquela época a professora Vera não teve este acesso e iniciou como professora sem ter a formação de professores conquistada pelos movimentos sociais do campo, que é a Licenciatura em Educação do Campo. Observa-se como a luta desses movimentos de fato é necessária, a fim de transformar a história tal como vivenciada pela nossa entrevistada.

Houve um momento em que Vera observou as grandes dificuldades dos alunos poderem acessar a escola, pois muitas vezes em tempos de safras, era necessário que as crianças ajudassem seus pais nas lavouras, e com isso os alunos perdiam muitos dias ou semanas de aulas. Diante desta realidade, ela resolveu abrir uma escola multisseriada para poder ajudar esses alunos e a comunidade.

São chamadas turmas multisseriadas aquelas turmas onde temos alunos de várias “séries” na mesma sala e com idades diferentes. Isso mesmo, várias séries e não vários “níveis” porque a diferença de nível existe em todas as turmas, mesmo que sejam de alunos da mesma série. As turmas multisseriadas são consideradas um grande desafio. Nelas precisam ser trabalhados conteúdos diferentes que precisam ser conciliados. O professor precisa pensar na melhor maneira de distribuição dos alunos na sala e existe também a preocupação constante de avançar no aprendizado sem deixar ninguém para trás.

Segundo Vera, a escola multisseriada foi um trabalho gratificante, apesar de ser bastante cansativo, as aulas eram multidisciplinares. O conteúdo trabalhado era para todas as turmas ao mesmo tempo adequado a série/ano. Um processo de aprendizagem e construção de conhecimento coletivo. As turmas eram juntas na mesma sala e no mesmo horário. Por isso interagem umas com as outras.

Mesmo após já ser professora da comunidade, a entrevistada seguiu ampliando os seus estudos. Conseguiu concluir o ensino médio, fez o magistério, o ensino superior e uma pós-graduação. Buscou mais qualificação na cidade de Lebon Régis mesmo, fez o magistério na própria cidade e sempre que tinha oportunidades de cursos os quais tentava participar. Na comunidade também havia cursos oferecidos para as mulheres, onde ela, junto de suas companheiras, participava para poder ampliar seus conhecimentos. Também teve oportunidade de graduação nas cidades vizinhas, como Caçador.

Conforme explica Vera, a escola multisseriada era bem humilde, era a própria professora que lecionava todas as disciplinas, fazia e servia o lanche para os alunos e também cuidava da limpeza, tudo para oferecer o mínimo de educação para os alunos.

Com o passar dos anos infelizmente a escola foi fechada, pois havia uma pressão para a abertura da escola sede EEB 30 de Outubro. A prefeitura e os órgãos da educação alocaram todos os alunos para esta escola, que fica no Assentamento também. Vera sempre lutou para permanecer com sua escola aberta, mas com muitas dificuldades, infelizmente, a escola fechou. Para ela, este momento não foi nada fácil, pois era um trabalho lindo junto da comunidade. Com o fechamento desta escola a professora deu continuidade ao trabalho lecionando na escola 30 de Outubro, onde ministrava aulas para os anos iniciais do Ensino Fundamental.

Vera é muito amada pela comunidade, a escola também é muito grata a ela pelas incríveis contribuições que fez e ainda faz. Seus netos estudam na escola atualmente e ela sempre está ajudando para que esta escola permaneça aberta e cada vez mais atendendo aos alunos das comunidades ao redor.

Importante explicar que a Escola sede no Assentamento também foi boa para a comunidade, mas esse movimento fez parte de uma política pública

nacional, que se iniciou na década de 1990, e fechou as escolas localizadas nas áreas rurais. Embora as crianças ainda tivessem estudando no Assentamento e agora com novas salas, não mais multisseriadas, elas perderam a referência da escola comunitária ao lado de suas casas e famílias.

Nota-se a grande força e perseverança da Vera em ajudar as crianças do Assentamento onde ela morava na época. Ouvindo a história de vida dela, que é a história de muitas professoras ou mulheres de assentamentos, observa-se que apesar das grandes dificuldades enfrentadas sempre pensaram em ajudar suas comunidades, mesmo com pouca experiência. Uma delas que possuía um pouco mais de formação já era suficiente para ajudar o resto da comunidade e, mais do que isso, lutar para que as outras crianças pudessem ter uma qualidade de educação melhor.

Ainda sabemos que há muito a ser conquistado pelas e para as mulheres em nossa sociedade, avaliar a história do acesso das mulheres à educação é um convite para uma grande reflexão e também um grande debate.

Por muitas décadas em nosso país elas simplesmente não podiam frequentar a escola, para termos uma ideia do problema como era tratado no começo do século XX, a educação feminina atendia exclusivamente as demandas domésticas, e como foi muito tardia nas escolas o direito da mulher também poder ir para escola a educação para elas era exclusivamente dirigida aos cuidados com o lar e a família. (CHERFEM, 2019).

No final de 2019 Vera conseguiu sua aposentadoria. Desde que veio morar em Lebon Régis ela já leciona ajudando a formar alunos com base em sua realidade vivenciada em seu dia a dia, sempre lutou pela educação nos Assentamentos, mas também fica a falta de visibilidade para estas escolas por parte dos órgãos públicos, precisamos de mais escolas no campo.

Isso mostra, não apenas o descaso no campo com o fechamento das escolas, ou a ausência de direitos de acesso para as mulheres, mas também o descaso com a qualidade do ensino ofertado nas áreas rurais. Deste modo, a luta pela licenciatura em educação do campo para formar professores para o campo, com a qualidade da universidade pública, segue sendo extremamente relevante, o que, inclusive, poderá ampliar o acesso à educação para as jovens do campo.

Como é a vida de um professor? O trabalho do professor não acontece somente na sala de aula, antes de ministrar as aulas, ele precisa planejar os conteúdos e os materiais que vai utilizar; deve escolher a metodologia mais apropriada; preparar atividades e provas, para depois corrigi-las. Essas recomendações eram passadas para a professora Vera, mas ela olhava muito mais além, olhava para as necessidades dos alunos para suas dificuldades e pensava em como poderia ajudá-los passando conteúdos que os alunos pudessem se sentir pertencentes, destacados, a valorização dos conhecimentos locais e valorizar o espaço onde viviam.

Para a professora, um dos grandes desafios da educação no campo é trabalhar os saberes locais, assim como citei acima, conhecimentos que ela preza e valoriza muitos, conhecimentos que não se restringem apenas a atividades de agricultura local camponesa, a atividades de agricultura ou manejos de solos e recursos, mas sim a toda vida no campo, todas as suas tradições, toda sua cultura, tudo isso importa. Trabalhar e mostrar a realidade dos estudantes é de extrema importância para que possam se reconhecer pertencentes a este espaço.

A entrevistada se aposentou em 2019, nunca parou suas lutas, está presente no MST (Movimento dos Trabalhadores sem Terra) junto da comunidade, ela diz que sua luta está onde seu povo está.



(Vera Lúcia, 2023). Imagem retirada na antiga escola onde Vera lecionava que fica localizada na comunidade onde mora atualmente.

3.2. Educação, acesso e permanência

A luta pela Educação do Campo é a busca pelo direito de estudar próximo de onde vive, a partir da sua realidade, conectado aos aspectos econômicos, políticos e sociais mais amplos. Com isso, a luta por uma educação do campo passa por se contrapor a lógica dominante, gestada pelo Estado, de fechar escolas, com a justificativa de necessidade de cortar gastos MOLINA (2012).

A garantia de acesso e permanência significa que todos têm direito de ingressar na escola, sem distinção de qualquer natureza. O acesso não pode ser impedido a qualquer criança ou adolescente, todos possuem o direito à matrícula em escola pública ou particular. Existindo a recusa em razão de preconceito de raça, caracteriza-se, neste caso, uma infração penal. O artigo 6º. da Lei nº. 7716/89 tipifica como crime recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau, culminando ao comportamento uma pena de privação de liberdade de três a cinco anos MOLINA (2019). A escola representa, após a família, também um núcleo comunitário a ser frequentado pela criança ou adolescente, local onde vão estabelecer suas primeiras relações de companheirismo, amizade, desentendimentos, sexualidade, amor, aprendendo a conviver em grupos e poder dialogar melhor sobre suas realidades.

A Educação do Campo tem se apresentado como um tema complexo na conjuntura atual. Resultado de lutas para garantia dos direitos pelos movimentos sociais, conquistou avanços e caminhou na busca de outros, em meio aos desafios das políticas públicas de educação. Esta pesquisa busca aprofundar questões sobre a importância do papel das mulheres dentro dos assentamentos e também entender como é o acesso destas mulheres à escola e sua permanência. Com base nos materiais colhidos, onde temos o depoimento de uma professora, agora aposentada, que reside no assentamento Rio Roberto, localizado no interior de Lebon Régis, observa-se que em sua trajetória de vida por ser mulher teve muitas dificuldades e vivendo

no campo em sua trajetória acadêmica sempre buscou estudos para melhorar a vida estudantil de crianças e adolescentes, trabalhar com a realidade destes alunos valorizando seus conhecimentos.

Segundo a Constituição Brasileira de 1998, no seu Art. 205, a educação é direito de todos, é dever do Estado e da família e deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1988). É direito dos povos do campo a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e com base neste artigo a educação para o povo que vive e mora no campo é direito, é a garantia de poder ter um estudo com mais qualidade, para poder ter acesso a um ensino superior trazendo mais oportunidades e conhecimentos para suas famílias. Portanto, deve ser defendida e planejada para atender as necessidades da realidade na qual está inserida e contribuir na formação de sujeitos que se envolvam na transformação da sociedade. A educação no campo, sempre foi marcada por uma marginalização, violência e exclusão, quando não foi pela falta de acesso às escolas, foi pela precariedade das condições salariais e de formações dos professores aí vem a grande falta de docentes para lecionar nessas escolas, também a grande precariedade na estrutura das escolas, nos currículos escolares e nas práticas de ensino que não consideravam a realidade onde os alunos e a população do campo se inserem.

A luta por uma educação que atendesse aos povos do campo, vem em contraposição a lógica do capital. Segundo o manifesto do Fórum Nacional de Educação do Campo (2012)

“a Educação do Campo surge das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo, na sua diversidade de povos indígenas, povos da floresta, comunidades tradicionais e camponesas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, acampados à espera de assentamento, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores assalariados rurais”(CHERFEM, 2019).

Para a entrevistada, ter o acesso à educação é um direito de todos e ter este acesso no local onde mora é mais importante ainda para a continuidade e permanência dos alunos na escola, por isso a luta dela por qualificação de estudos nunca parou e sua vontade de ajudar sua comunidade sempre foi ativa. Dentro dos movimentos sociais, Vera sempre esteve à frente no assentamento, por exemplo, fez manifestações pacíficas para abrir e manter aberta a escola que ali se constituiu, onde atualmente lecionou por muitos anos construiu memórias incríveis e deixou uma linda mensagem para todos: a luta por educação nunca pode parar, essa é uma luta de todos nós e será uma luta constante.

Para Vera a educação do e no Campo trouxe vários aprendizados, um deles a força que ela adquiriu nestes períodos, força para lutar, força para permanecer e força para sempre continuar, a educação do campo transformou a vida dela. Como é lindo olhar para sua história e poder ver como sua luta fortaleceu o local onde ela mora, ela diz “ A educação do campo mudou minha maneira de pensar e de ver as coisas, as pessoas”. Com o passar dos anos que teve acesso à educação, foi estudando cada vez mais, com foco em lecionar em seu Assentamento. Ela diz que ama cada aluno que passou em suas salas de aula, em cada um há um aprendizado que levará para a vida toda.



(Vera Lúcia, 2023). Imagem retirada na antiga escola onde Vera lecionava que fica localizada na comunidade onde mora atualmente.

3.3. Resistência e organização de mulheres

As mulheres sempre estiveram presentes nos movimentos de luta e contestação, mobilização em busca de direitos iguais e igualdade ao longo da história. No período da ditadura, por exemplo, as mulheres resistiram de várias maneiras, se organizaram em clubes de mães, associações, desafiando o papel feminino tradicional. As mulheres sempre estiveram em lugares importantes na sociedade, como participando de movimentos estudantis, partidos, sindicatos e também dentro dos assentamentos, com reuniões com rodas de conversas para tratar de assuntos onde a luta delas estava ligada.

Em 2004 se consolidou o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC) com caráter autônomo, de base, de classe, socialista, feminista, camponês popular, que tem por missão a luta pela liberdade e direitos das mulheres trabalhadoras, no Brasil e na América Latina. Cada vez mais está crescendo o protagonismo das mulheres em muitas lutas sociais por mais direitos, mais democracia, mais liberdade, mais igualdade, seja no campo ou

na cidade, as vozes das mulheres estão sendo ouvidas. Apesar de terem muitas dificuldades ainda e assegurar muito mais espaço para essa participação, as suas conquistas já são percebidas em cada cidade deste nosso imenso país. Com objetivo de se fortalecer e avançar na construção de um mundo melhor, nos últimos dois anos, o MMC vem debatendo e construindo a campanha Sementes da Resistência, com o lema: “Camponesas semeando esperança, tecendo libertação”.(FALEIRO, 2017)

A ideia é dialogar com a sociedade sobre a importância das sementes crioulas na promoção da segurança e soberania alimentar, evidenciando e sistematizando as experiências, os conhecimentos, o trabalho histórico das mulheres na produção de alimentos diversificados e saudáveis. O MMC tem como meta a construção do projeto popular de agricultura camponesa, agroecológica, feminista, e o enfrentamento da fome que volta a assombrar nosso país, e a construção de relações de bem viver entre os seres humanos e com a natureza. (BONI, 2013).

A entrevistada relatou que teve muitas dificuldades dentro do Assentamento, dentre eles, baixo salário, também grandes jornadas de trabalho, fazer as tarefas domésticas e também ajudar as lavouras. , e isto impediu muitas mulheres de poder ter acesso à educação, mas Vera também fala que as mulheres sempre foram muito bem organizadas sentavam, planejavam, participavam de encontros de estudos era uma troca de conhecimento entre elas, conhecimentos sobre a terra, alimentação, produção agrícola, produção agroecológicos, são algumas informações que a entrevistada conta que já presenciou nas rodas de conversas, onde suas companheiras contam como é seu dia a dia e tudo o'que passam para poder viver.

“nós mulheres sempre sofremos muito, pois sempre teve a vontade de poder estudar, mais não podíamos por era trabalho em casa, cuidar dos filhos dos animais e também trabalhar na roça, não tinha tempo pra estudar. Eu só consegui porque tinha o apoio do meu marido que sempre me ajudava, mas minhas companheiras não tinham, era muita mulher que o marido não deixava estudar e tinha que ir pra lavoura para colocar o alimento na mesa” (Vera, 2023).

Ela também nos traz um alerta que, devido a estes desgastes no trabalho, muitas de suas companheiras atualmente se encontram enfermas, problemas de coluna, artrose, artrite, vem essas memórias de todo o sofrimento para ter seu pedaço de chão. Vera também traz relatos de como foram os tempos debaixo de barracos de lona, conta como foi cruel passar frio, fome, de enfrentar chuvas, enfrentar fortes geadas, tudo acarretou muitos problemas de saúde e muitas de suas companheiras vivem com essas sequelas.

Ao longo das entrevistas foi possível observar como Vera sempre buscou incentivar outras mulheres a ocuparem diferentes espaços no Assentamento e na vida pública. Como parte do assentamento e autora deste trabalho, posso dizer que Vera acabou se tornando uma referência para as meninas mais jovens, pois vê-la tão ativa nas reuniões e nos espaços do Assentamento influenciou outras mulheres a quererem participar também desses espaços.

Apesar de estar envolvida nas diferentes lutas que envolvem o Assentamento como um todo, o foco de nossa entrevistada sempre foi a educação, por acreditar que para conquistar as outras lutas, a conquista de uma educação de qualidade e coerente com os princípios do MST seria fundamental. Além disso, para que as mulheres pudessem participar de outros espaços, as crianças precisam estar na escola e isso acaba motivando a entrevistada a se engajar nessa luta.

4. Considerações finais

Em quaisquer setores, sendo do âmbito econômico ou social, o trabalho a participação das mulheres é , isto vemos desde os tempos remotos, quando observamos verdadeiras guerreiras lutando pelo seu sustento e pelo seu espaço em na sociedade, enquanto desempenhavam o indispensável papel de mãe, esposa e donas de casa, com a luta agora podendo desenvolver qualquer papel que deseje. Observamos na pesquisa, que houve grandes revoluções na questão de superação das desigualdades e no reconhecimento da importância

do papel feminino do campo e o acesso à escola, sabemos que ainda há muito a se alcançar mas seguimos lutando.

Contudo, vemos em nossa cultura uma dificuldade de aceitar a realidade dos fatos de que apesar das diferenças físicas, homens e mulheres são igualmente capazes no desempenho de todas as atividades.

Ao longo da pesquisa foi possível observar que a entrevistada não teve acesso ao ensino médio, com o passar dos anos ela ingressou no magistério para poder se dedicar ao ensino superior, o que ainda se passa na vida de muitos jovens rurais. Ao mesmo tempo, devido ao seu compromisso com o coletivo, ela se desafiou e foi professora da comunidade, buscando garantir o direito à educação aos povos do campo, ainda que sem a qualidade almejada pelos movimentos sociais. A história da nossa entrevistada revela a importância da Licenciatura em Educação do Campo e das lutas para que os sujeitos do campo, das águas e das florestas tenham escolas em suas comunidades, o que se amplia desde o ensino infantil até o ensino médio, universitário, bem como na educação de jovens e adultos.

Para a professora pesquisada, um dos grandes desafios da educação do campo é trabalhar os saberes locais, conhecimentos que não se restringem somente às atividades da agricultura, mas também da vida no assentamento, em como devemos valorizar os conhecimentos ali existentes, os valores e tradições rurais: contemplar no projeto pedagógico a identidade rural e fomentar ações de valorização cultural do contexto campestre.

Portanto é evidente que as nossas agricultoras ainda não ocupam a posição que lhes é devida, mesmo trabalhando tanto quanto, e por vezes mais, que os agricultores homens, não apenas da questão de trabalho da agricultura mais também ocupar outros espaços, na política, em escolas, cargos importantes dentro de empresas enfim, entre tantos outros espaços direito por igualdade. E este trabalho traz esse importante relato de inspiração para outras mulheres, lugar de mulher é onde ela quiser, e a luta por isto é de todas nós!

Para mim este trabalho foi muito gratificante e importante, como mulher do campo, quanto para Vera. Ver nossas lutas por uma educação de qualidade para nosso povo e em nosso lugar de vivência é super necessário. Com meus estudos para esta pesquisa pude me encontrar e entender como é necessário dar visibilidade para o campo, e a Licenciatura vem exatamente para dar esse

impulso que falta para a sociedade, lutar pela educação para todos e em todos os espaços, mostrar que a mulher do campo também luta, também consegue trabalhar em outros espaços e não somente em casa ou na roça, também mostrar que a mulher camponesa tem seu valor e tem seu papel em tantas lutas pelo mundo todo.

Dedico esta pesquisa a todas as Veras e Brunas que lutam pela educação no campo e o direito ao acesso à educação. E que um dia eu possa ter a força e garra de Vera, uma mulher inspiradora, incrível e em poucos relatos só reforçou o quanto eu estou no caminho certo e na luta certa. A todas as mulheres inspiradoras que estão no campo e também fora dele!

5. Referências

ALENCAR, M. F. DOS S. (2013). Educação do campo e a formação de professores: construção de uma política educacional para o campo brasileiro. *Ciência & Trópico*, 34(2).

ALMEIDA, J.A.T.; NORONHA C.R.B.; BRITO, E.R.P.; FARIAS, A.R.B.; ANDRADE, H.M.L.S. A invisibilidade parcial do trabalho feminino no campo das atividades produtivas. Recife PE, p.1-11, 2014.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Sociedade e estado*, v. 15, p. 303-330, 2000.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. *Política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA*. Brasília: 2010a. BRASIL.

BONI, Valdete. "MMC um movimento camponês e feminista." *Revista grifos* 22.34/35 (2013): 67-88.

BRUMER, A. Gênero e Agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 205-227, 2004..
BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A; A agricultura familiar no Brasil: agricultura familiar e sistemas de produção. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Março de 2000. p.62.

CALAÇA, Michela et al. Aproximações teórico/político entre a Agroecologia e o feminismo camponês popular do MMC. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Para compreender a educação do Estado no meio rural: traços de uma trajetória. In.: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Coords.). *Educação e escola no campo* Campinas: Papyrus, 1993, p. 15-40.

CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do Campo. In.: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). *Campo. Políticas públicas: educação*. Brasília: Incra-MDA, 2008, p. 67-86. (Por uma Educação do Campo, n. 7. Coleção).

..... "Educação do campo: notas para uma análise de percurso." *Trabalho, educação e saúde* 7 (2009): 35-64.

..... "Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo." *Revista Trabalho Necessário* 2.2 (2004).

..... Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual. Porto Alegre, julho de 2015 (texto). ESCOLA MILTON SANTOS. Diálogo de saberes no encontro de culturas. Caderno da ação pedagógica. Maringá: MST/PR, julho de 2012. FOSTER, John Bellamy. *A ecologia de Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CHERFEM, Carolina Orquiza. *Relações sociais de gênero e raça: um debate para a luta de classes na licenciatura em educação do campo*. Debates Insubmissos, 2019.

DE OLIVEIRA REIS, Sonia Maria Alves et al. *Mulheres camponesas e culturas do escrito: trajetórias de lideranças comunitárias construídas nas CEBs*. 2014.

DE SÁ, Daiane. A História das Mulheres na busca pelos Direitos e Garantias Políticas nas Constituições Brasileiras. In: LANGARO, Jiani; Nascimento, Renata. *Anais do Fórum Goiano de Pós-Graduação em História & XII Seminário de Pesquisa UFG/PUC-GO*. Goiânia – UFG/PUC-GO, Goiás, 2019, p.127-145.

FALEIRO, Wender; FARIAS, Magno Nunes. Inclusão de mulheres camponesas na universidade: entre sonhos, desafios e lutas. **Educação e Pesquisa**, v. 43, p. 833-846, 2017.

FERRANTE, V. L. S. B. A situação legal e real da mulher trabalho no campo. *Perspectivas*, 5, p.97-114, 1982.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. 2ª. ed., Porto Alegre: Universidade-Editora da UFRGS, 2000.

GUHUR, Dominique. e TONÁ, Nilciney. Agroecologia. . In: CALDART, R. S., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. (orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012, p. 57-65.

GUANZIROLI, C.; CARDIM, S. E. (Coord.). Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA, fev/2000. p.74

HEREDIA, B. M. A Morada da Vida. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p.1-127.

IBGE (2019). Disponível em [Indicadores sociais das mulheres no Brasil | Educa | Jovens - IBGE](#). Acesso em 20 de novembro de 2013.

MOLINA, Mônica Castagna. Legislação educacional do campo. **Dicionário da educação do campo**, p. 453-459, 2012.

MEZADRI, Adriana Maria; KOLLET, Zenaide; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Welter; GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth (org.). **Feminismo Campesino Popular: reflexiines a partir de experiencias eb el movimiento de mujeres campesinas de brasil (mmc) s.** Passo Fundo: Associação de Mulheres Camponesas, 2021.

MONTEIRO, Denis. Agroecossistemas. In: CALDART, R. S., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. (orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012, p. 65-71.

MARX, Karl. O Capital. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013. MST, AS-PTA e MUTUANDO, Instituto Giramundo. Agroecologia: notas introdutórias e análise de agroecossistemas. São Paulo:

MST, setembro de 2005 (apostila). MUTUANDO, Instituto Giramundo. A cartilha agroecológica. Botucatu/SP: Editora Criação, 2005.

NOGUEIRA, et al. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. 2017. Disponível em O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. Acesso em 29 de novembro de 2023.

PINHEIRO MACHADO, Luiz Carlos. Agrobiodiversidade. In: CALDART, R. S., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. (orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012, p. 46-51.

PINHEIRO MACHADO, L. C. e PINHEIRO MACHADO FILHO, L. C. A dialética da agroecologia. Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

PIOVESAN, Flávia. Igualdade de gênero na Constituição Federal: os Direitos Cívicos e Políticos das Mulheres no Brasil. Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008.

PULGA, Vanderléia Laodete. Contribuições do movimento de mulheres camponesas para a formação em saúde. **Trabalho, educação e saúde**, v. 11, p. 573-590, 2013.

PEREIRA, Isabel Brasil et al. Dicionário da educação do campo. 2012.
RÖHNELT, Priscila Barcelos Cardoso e SALAMONI, Giancarla. O papel da mulher nas transformações da agricultura familiar: a pluriatividade como estratégia de reprodução social.

SEIBERT, Iridiani Graciele. Feminismo camponês popular: contribuição das mulheres camponesas a luta de transformação social. 2019. 174 f. il. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, Salete. Constitucionalização dos Direitos das Mulheres no Brasil: Um desafio à incorporação da perspectiva de gênero no direito. *Revista Interfaces Científicas – Direito*, Aracaju, vol. 1, nº 1, p. 59-69, 2012.

SANTOS, José Erimar dos et al. Experiências, saberes e fazeres produzidos pelas mulheres do campo em São Rafael/RN, Brasil. *Rev. Pemo*, Fortaleza, v. 4, e48675, 2022.

SILVA, M.S.A Formação Integral do Ser Humano: referência e desafio da educação do campo. In: *Revista da Formação por Alternância*, ano 3, n. 5, Brasília: UNEFAB, 2007.

SOUZA, Maria Antônia. *Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
Santos, Ramofly Bicalho. "História da educação do campo no Brasil: o protagonismo dos movimentos sociais." *Revista Teias* 18.51 (2017): 210-224.

SOUZA, Neli Pereira, and Rosini Mendes REIS. "Educação do campo prática pedagógica." *Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Ensino de Geografia e História). Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação, Faculdades Integradas do Vale do Ivaí-Univale, UMUARAMA* (2009): 96.

SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Agroecología y agricultura ecológica: hacia una "re"construcción de la soberanía alimentaria. In: *Agroecologia*, 2006, n.1, p. 7-18. Acesso eletrônico em 04 de fevereiro de 2016:

SHULGIN, Viktor. Rumo ao politecnismo. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Maria Girlene Callado da. Trajetória escolar dos/das estudantes do campo para o ensino médio: desafios para a garantia de permanência na educação do e no campo e o reconhecimento de suas identidades. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2020.

TARDIN, José Maria. Cultura camponesa. In: CALDART, R. S., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. (orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012, p. 178-186.

WIZNIEWSKY, C. R. F. A contribuição da Geografia na construção da educação do campo. In: MATOS, K. S. A. L. de; WIZNIEWSKY, C. R. F.; MEURER, A. C.; DAVID, C. de. (Org) Experiências e diálogos em educação do campo. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 27-38.